

STJ00120441

ALEXANDRE PREVEDELLO
CHRISTIAN PONZONI

**MANUAL DA ALIENAÇÃO
FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE
BENS MÓVEIS E DA AÇÃO DE
BUSCA E APREENSÃO**

Londrina/PR
2022



THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Manual da Alienação Fiduciária em
Garantia de Bens Móveis e da Ação
de Busca e Apreensão. / Autores:
Alexandre Prevedello, Christian
Ponzoni. – Londrina, PR: Thoth, 2022.

295 p.

Bibliografias: 291-295

ISBN 978-65-5959-226-5

1. Direito Civil. 2. Direitos reais. 3. Alienação
fiduciária. I. Prevedello, Alexandre. II.
Ponzoni, Christian.

CDD 342.1

1260936

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Civil : 342.1

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Júnior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	7
-----------------------	---

CAPÍTULO 1

NOÇÕES FUNDAMENTAIS: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DA FIDÚCIA, DO NEGÓCIO FIDUCIÁRIO E DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	17
1.1 Origens: direito romano, germânico e inglês.....	17
1.1.1 Fiducia romana.....	18
1.1.2 Fiducia germânica.....	22
1.1.3 <i>Trust</i>	25
1.1.3.1 <i>Trust receipt</i>	28
1.1.4 <i>Mortgage</i>	29
1.2 Negócio fiduciário.....	30
1.3 Panorama legislativo da alienação fiduciária em garantia.....	35
1.4 Alienação fiduciária em garantia de bens móveis no direito brasileiro.....	41
1.4.1 Introdução da alienação fiduciária em garantia.....	42
1.4.2 Conceito de alienação fiduciária e de propriedade fiduciária.....	45
1.4.3 A alienação fiduciária em garantia é um negócio jurídico fiduciário?.....	54
1.4.4 Sistema Especial e Sistema Geral da alienação fiduciária em garantia.....	57

CAPÍTULO 2

REGRAMENTO MATERIAL DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS.....	65
2.1 Do contrato.....	65
2.1.1 Características e forma.....	65
2.1.2 Finalidade.....	70
2.1.3 Sujeitos.....	70
2.1.4 Objeto.....	72
2.1.4.1 Coisa móvel infungível.....	73
2.1.4.2 Coisa móvel fungível.....	74
2.1.4.3 Alienação fiduciária em garantia de dívida futura: abertura de crédito em	

conta ou capital de giro.....	75
2.2 Eficácia constitutiva do registro e o direito real de aquisição	76
2.3 Tradição ficta, propriedade resolúvel e desdobramento da posse.....	82
2.4 Alienação fiduciária e propriedade superveniente	85
2.5 Natureza jurídica da alienação fiduciária.....	87
2.6 Relações jurídicas concomitantes na alienação fiduciária de coisa móvel infungível para fins de sua aquisição	91
2.6.1 Regra: inexistência de acessoriedade entre mútuo e compra e venda.....	93
2.6.2 Exceções: empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico e hipóteses do art. 54-F do CDC (Lei 14.181/2021).....	94
2.7 Vedação ao pacto comissório	96
2.8 Dação em pagamento	101
2.9 O pacto marciano	104
2.10 Venda extrajudicial do bem e saldo devedor.....	108
2.11 Remissões da Lei 4.728/65 às disposições do Código Civil.....	108
2.12 Remissões do art. 1.367 do Código Civil às regras dos direitos reais de garantia.....	110
2.13 Extinção da alienação fiduciária	111
2.14 Pagamento com sub-rogação.....	114
2.15 Responsabilidade penal do devedor fiduciante	116
2.16 Responsabilidade pelo perecimento do bem	117
2.17 Responsabilidade civil com relações externas (terceiros)	118
2.18. Cessão de crédito, assunção da dívida e alienação fiduciária	119
2.19 Comparação da alienação fiduciária em garantia com outros institutos jurídicos	121
2.19.1 Venda a crédito com reserva de domínio	121
2.19.2 Penhor e hipoteca	123
2.19.3 Retrovenda.....	124
2.19.4 Doação com cláusula de reversão.....	125
2.19.5 Depósito	125
2.19.6 Fideicomisso	126
2.19.7 Pacto de melhor comprador	126
2.19.8 Venda a contento.....	126
2.19.9 Cessão fiduciária	127
2.19.10 Arrendamento mercantil.....	128

CAPÍTULO 3

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO: PANORAMA GERAL.....	131
3.1 Antecedentes ao Decreto-Lei 911/1969. A exposição de motivos	131
3.2 A prisão civil do devedor fiduciante	134

3.3 A recepção do Decreto-Lei 911/69 pela CF/88. O status normativo.....	136
3.4 O procedimento especial da ação de busca e apreensão	140
3.4.1 A especialidade e autonomia.....	141
3.4.2 Caráter suplementar do Código de Processo Civil.....	142
3.5 Classificação da ação de busca e apreensão.....	143
3.6 A cognição na ação de busca e apreensão	146
3.7 Pressupostos processuais.....	147
3.8 Condições da ação	148
3.8.1 Legitimidade ativa – art. 8º-A do Decreto-Lei 911/69.....	149
3.8.1.1 Legitimidade Ativa – Administradora de Consórcios.....	153
3.8.1.2 Legitimidade Ativa – Sub-rogação – art. 6º.....	155
3.8.1.3 Cessão do crédito e da posição de credor fiduciário.....	156
3.8.1.4 Legitimidade ativa – as operações de arrendamento mercantil.....	156
3.8.2 Legitimidade passiva	159
3.8.2.1 Alienação fiduciária como garantia da dívida de terceiro.....	159
3.8.2.2 Legitimidade dos garantidores pessoais: fiador, avalista e devedor solidário.....	161
3.8.2.3 Legitimidade do terceiro que se encontra na posse do bem.....	163
3.9 Mora e inadimplemento.....	165
3.10 Notificação do devedor: requisito para concessão da medida liminar, pressuposto processual específico ou condição da ação?.....	167

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO	171
4.1 Petição inicial	171
4.1.1 Requisitos, causa de pedir e pedido	171
4.1.2 Documentos indispensáveis.....	172
4.1.3 Valor da causa	173
4.1.4 Emenda da inicial	174
4.1.5 Foro competente	176
4.2 Notificação extrajudicial	177
4.2.1 A regra legislativa.....	177
4.2.2 Especificação do valor do débito.....	178
4.2.3 Notificação por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.....	178
4.2.4 Notificação por Cartório de Títulos e Documentos de Comarca diversa da do domicílio do devedor	179
4.2.5 Notificação por protesto extrajudicial	179
4.2.6 Notificação por telegrama.....	180
4.2.7 Notificação por correio eletrônico	180
4.2.8 Notificação deve ser encaminhada ao endereço indicado no contrato...	181

4.2.9 Notificação e informação “mudou-se” ou “desconhecido”	182
4.2.10 Notificação e informação “endereço insuficiente” ou “não existe o número”	183
4.2.11 Notificação e informação “recusado”	183
4.2.12 Notificação e informação “não procurado”	184
4.2.13 Notificação e informação “ausente”	185
4.2.14 Notificação por edital	186
4.2.15 Notificação em endereço comercial	187
4.2.16 Notificação encaminhada após o falecimento do devedor.....	187
4.3 A medida liminar de busca e apreensão: conteúdo e limites à atuação judicial.....	189
4.3.1 Decisão judicial vinculada à observância dos requisitos legais.....	192
4.3.2 Medida liminar concedida com vedação de remoção e/ou alienação do bem antes de autorização judicial, da sentença de procedência ou do trânsito em julgado.....	195
4.3.3 Medida liminar concedida com observância ao preço do bem na tabela FIPE.....	197
4.3.4 Execução da medida liminar.....	197
4.3.5 Embaraços à execução da medida	200
4.4 Conversão da ação de busca e apreensão em ação executiva.....	201
4.5 Medida liminar efetivada e consolidação da propriedade no patrimônio do credor	205
4.6 Medida liminar efetivada e pagamento da integralidade do débito.....	207
4.6.1 Prazo de direito material.....	209
4.6.2 Responsabilidade pela sucumbência.....	211
4.7 Citação do réu: após o cumprimento da medida liminar.....	212
4.7.1 Medida liminar efetivada e réu não citado.....	213
4.7.2 Não efetivada a medida liminar e réu citado.....	216
4.8 Resposta do réu.....	218
4.8.1 Termo inicial do prazo de contestação	218
4.8.2 Conteúdo da contestação, cognição, revelia e o suposto caráter dúplice	220
4.8.3 Conteúdo da contestação: impugnação às cláusulas do contrato de mútuo, ajuizamento de ação revisional e teoria do adimplemento substancial.....	222
4.8.4 Contestação apresentada após o pagamento da integralidade do débito	226
4.8.5 Reconvenção	229
4.9 Réplica e julgamento conforme o estado do processo.....	230
4.10 Sentença	231
4.10.1 Sentença de procedência	231
4.10.2 Não efetivada a medida liminar e sentença de procedência	233
4.10.3 Sentença de extinção sem resolução de mérito e sentença de improcedência.....	235

4.10.3.1 Bem alienado e a restituição ao <i>status quo</i>	236
4.10.3.2 A multa do art. 3º, §6º, do Decreto-Lei 911/69.....	238
4.11 Recurso de apelação.....	241
4.12 A responsabilidade objetiva do credor fiduciário pelas perdas e danos..	241

CAPÍTULO 5

OUTRAS AÇÕES DO CREDOR FIDUCIÁRIO.....	245
5.1 Ação de execução.....	245
5.1.1 Conversão da ação de busca e apreensão em execução.....	249
5.1.2 Penhora do bem alienado fiduciariamente pelo credor fiduciário. A regra do art. 835, §3º, do CPC/15.....	250
5.1.3 Alegação de impenhorabilidade do bem dado em garantia fiduciária.....	254
5.2 Ação de cobrança ou monitória após a venda extrajudicial do bem.....	255
5.2.1 A repercussão da falta de comunicação do devedor e do fiador acerca da venda extrajudicial.....	256

CAPÍTULO 6

AÇÕES DO DEVEDOR FIDUCIANTE.....	259
6.1 Ação de exigir contas após a alienação extrajudicial do bem.....	259
6.2 Ação de obrigação de fazer para levantamento do gravame de alienação fiduciária em caso de prescrição da dívida.....	263
6.3 Ação indenizatória pela demora no levantamento do gravame de alienação fiduciária após o adimplemento do contrato.....	264

CAPÍTULO 7

AÇÕES DO TERCEIRO QUE ESTÁ NA POSSE DO BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	267
7.1 Ação de usucapião.....	267
7.2 Embargos de terceiro (em face da ação de busca e apreensão ou da execução).....	270

CAPÍTULO 8

OUTRAS QUESTÕES DECORRENTES DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	271
8.1 Penhora do bem alienado em execução promovida por terceiro contra o devedor fiduciante.....	271
8.2 Pena de perdimento.....	273
8.3 Responsabilidade do credor fiduciário pelas despesas de remoção e estadia em pátio privado.....	274
8.4. Inscrição do devedor ou garantidor em órgão de inadimplentes antes da	

execução da garantia fiduciária..... 274

CAPÍTULO 9

SÚMULAS E RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE
CONTROVÉRSIA SOBRE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS
MÓVEIS.....277

CAPÍTULO 10

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MATÉRIA 283
Código Civil 283
Decreto-lei 911/69..... 285
Lei nº 4.728/65, art. 66-B..... 289

REFERÊNCIAS..... 291